

**GT- 10 – Informação e Memória**

**ISSN 2177-3688**

**MEMÓRIA PARA O MUNDO: O PROGRAMA DA UNESCO EM RESPOSTA AO MEMORICÍDIO**

***MEMORY FOR THE WORLD: THE UNESCO PROGRAM IN RESPONSE TO MEMORICIDE***

**Livia Ferreira** - Universidade Federal Fluminense (UFF)

**Giovanna Cavotti** - Universidade Federal Fluminense (UFF)

**Carlos Henrique Juvêncio** - Universidade Federal Fluminense (UFF)

**Modalidade: Trabalho Completo**

**Resumo:** Evidencia as origens do Programa Memória do Mundo como reação aos fenômenos de destruição de patrimônio ocorridos durante a Guerra da Bósnia e Herzegovina com o intuito de explorar os impactos do memoricídio na construção da memória, bem como analisar a atuação do Programa no Brasil, por meio de um procedimento metodológico de abordagem qualitativa, de natureza básica e caráter exploratório, incorporando métodos bibliográficos e documentais, visto que a pesquisa busca compreender os pontos delimitados com base na literatura e em registros documentais, com o apoio de um referencial teórico de autores que discutem temáticas relacionadas à memória, biblioclastia, memoricídio e a Guerra da Bósnia e Herzegovina. Trata de assuntos como patrimônio documental, identidade nacional e a seleção da patrimonialização. Por fim, disserta sobre o mal de arquivo e a necessidade de atenção na seleção de documentos para patrimonialização, além de reforçar a importância da salvaguarda destes. Salienta que narrativas são construídas, e que a documentação tem grande papel neste contexto.

**Palavras-chave:** Programa Memória do Mundo; Guerra da Bósnia e Herzegovina; memoricídio; patrimônio documental.

**Abstract:** It evidences the origins of the Memory of the World Program as a reaction to the phenomena of heritage destruction during the Bosnian War, aiming to explore the impacts of memoricide on memory construction, as well as analyzing the Program's actions in Brazil through a qualitative methodological approach of basic and exploratory nature, incorporating bibliographic and documentary methods. The research seeks to comprehend the defined points based on literature and documentary records, supported by a theoretical framework of authors discussing topics related to memory, biblioclast, memoricide and the Bosnian War. It addresses subjects such as documentary heritage, national identity and the selection of heritage. Lastly, it discusses the concept of archival malady and the need for attention in the selection of documents for heritage preservation, while emphasizing the importance of safeguarding them. It highlights that narratives are constructed, and documentation plays a significant role in this context.

**Keywords:** Memory of the World Programme; Bosnian War; memoricide; documentary heritage.

## 1 INTRODUÇÃO

A palavra Patrimônio é originada do grego, referindo-se a algo que recorda o pai (BÁEZ, 2006), e essa percepção de legado ainda é fortemente encontrada nas perspectivas sobre patrimônio que assimilamos atualmente. Essa herança foi associada primeiramente a elementos concretos e materiais, como obras de arte, prédios históricos, e avançou gradualmente para as diferentes classificações de patrimônio que conhecemos hoje (ABREU, 2007).

A legislação brasileira quanto à noção de patrimônio é um exemplo dessa mudança. Inicialmente determinada por meio do Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, evidencia os valores histórico e artístico do patrimônio (BRASIL, 1937). Com a redemocratização, a Constituição Federal de 1988, através do artigo 216, altera o escopo do conceito e passa a empregar a nomenclatura "Patrimônio Cultural Brasileiro", indicando como patrimônio nacional bens materiais e imateriais, dentre eles, documentos que façam alusão à memória e à identidade dos grupos sociais que constituem o país (BRASIL, 1988), contudo, sem enfatizar uma definição para patrimônio documental.

Mirando uma conceituação específica para o patrimônio documental, podemos recorrer à definição colombiana, a partir da Lei nº 1.379, de 15 de janeiro de 2010, que estabelece o patrimônio bibliográfico e documental do país como o conjunto de documentos que formam uma coleção nacional, incluindo as coleções recebidas por depósito legal, bem como toda obra considerada como herança e memória e que contribua para a construção da identidade nacional (COLÔMBIA, 2010).

Independente da tipologia ou definição adotada, todo patrimônio irá atuar como um símbolo, uma manifestação da potência representativa da memória (FERREIRA, 2022), caracterizada como um fenômeno histórico social, presente na construção identitária e cultural dos grupos e indivíduos na sociedade.

Dessa maneira, o patrimônio atribui legitimidade à memória e torna-se uma base para a concepção de identidades, tanto particulares quanto coletivas dos indivíduos, sendo capaz de validar lideranças, poderes e narrativas sociais (ABREU, 2007). Consequentemente, por conta de sua força representativa, os patrimônios se encontram constantemente suscetíveis à violência, destruição, manipulação ou descaso quando posicionados em cenários e espaços de tensões sociais (GONÇALVES, 2015).

É neste contexto de disputas identitárias e de vulnerabilidade do patrimônio que nasce o Programa Memória do Mundo, fundado em 1992 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), com o intuito de impulsionar a preservação e o acesso a acervos arquivísticos e bibliográficos considerados “memória do mundo” em cada país membro da organização (EDMONDSON, 2002; ARQUIVO NACIONAL; UNESCO, 2023).

O programa define como Memória do Mundo a memória coletiva documentada dos povos ao redor do globo, destacando que grande parte desta memória encontra-se em bibliotecas, arquivos, museus e outros locais de custódia de memória, e que há uma grande porcentagem em perigo nos dias de hoje (EDMONDSON, 2002; ARQUIVO NACIONAL; UNESCO, 2023).

À vista disso, o presente trabalho busca analisar as origens do estabelecimento do Programa Memória do Mundo como reação a fenômenos de apagamento cultural, principalmente de destruição de patrimônio documental, bem como explorar seus impactos na construção e na preservação de uma memória mundial e nacional brasileira.

Considerando que o propósito do trabalho é preencher uma lacuna no campo de investigação da memória social na Ciência da Informação, determinamos que esta é uma pesquisa de natureza básica, também conhecida como pura, visto que a mesma busca ampliar o conhecimento nos estudos de memória no âmbito da CI, sem qualquer vislumbre de aplicações práticas (GIL, 2021).

Appolinário (2011) determina que a pesquisa básica se propõe a promover o avanço e o desenvolvimento científico sem preocupação com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem alcançados, assim como dispensa os panoramas capitalistas-comerciais da “informação útil” em busca de um produto passível de ser comercializado (APPOLINÁRIO, 2016). De fato, a pesquisa desenvolvida busca promover uma reflexão sobre o evento da Guerra da Bósnia e Herzegovina como o estímulo de uma política mundial de combate ao apagamento cultural, que alcança processos da e de memória que fazem parte da dinâmica informacional da sociedade, e não pretende propor soluções para alguma problemática, sejam elas soluções práticas, materiais ou abstratas.

Para tal, adotamos como procedimento metodológico uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, incorporando métodos bibliográficos e documentais, visto que a

pesquisa busca compreender os pontos delimitados com base na literatura e em registros documentais (GIL, 2021).

Zanella (2011) afirma que o método bibliográfico é constituído pelo uso exclusivo de fontes bibliográficas e permite ao pesquisador a expansão de cobertura do tratamento do assunto. Essa categoria de fonte se caracteriza por ser composta por materiais já existentes e elaborados, publicados e em circulação, como livros, periódicos, tese e dissertações (GIL, 2021).

Gil (2021) denota que basicamente todo trabalho de pesquisa irá conter uma parte considerada como bibliográfica, devido à necessidade da presença de uma fundamentação teórica que respalde a investigação em questão, e de uma contextualização que apresente o panorama atual do conhecimento quanto àquele tema, contudo, existem trabalhos sustentados em bases exclusivamente, ou majoritariamente, bibliográficas, o que é o caso da pesquisa apresentada neste documento.

Dessa forma, neste trabalho serão caros trabalhos arrolados na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), na The Scientific Electronic Library Online (SciELO), na Base Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como livros e outros materiais sugeridos por professores e especialistas da área.

Quanto ao método documental, Gil (2021) evidencia que o mesmo se assemelha à pesquisa bibliográfica por conta do uso de dados já existentes, mas se diferencia em virtude da natureza das fontes, enquanto a pesquisa bibliográfica apoia-se em materiais já elaborados e com o propósito de serem lidos por públicos específicos, a pesquisa documental abrange todo tipo de documentos, concebidos com intuítos diversos.

Dessa maneira, para a presente pesquisa utilizamos também documentos legislativos nacionais e estrangeiros, documentos oficiais de organizações e matérias de jornais a fim de traçar melhor as relações propostas pelo texto.

A escolha dos métodos referidos acima fundamenta-se em sua relevância para aprofundar nossa compreensão sobre o tema, ao combiná-los, buscamos obter uma análise abrangente e consistente do tema proposto.

## 2 A GUERRA DA BÓSNIA E HERZEGOVINA COMO ORIGEM DO PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO

Como exposto anteriormente, o Programa Memória do Mundo é fundado em 1992, pela UNESCO, com o propósito de preservar e promover acesso ao patrimônio documental que seja considerado de relevância internacional, nacional ou regional em cada país membro da instituição (EDMONDSON, 2002). Esse interesse desponta devido à preocupação do diretor-geral da UNESCO na época, Frederico Mayor Zaragoza<sup>1</sup>, quanto ao cenário de destruição de bens culturais evidenciado pela Guerra da Bósnia e Herzegovina e os conflitos civis nos territórios da antiga Iugoslávia, principalmente pelo episódio da destruição da Biblioteca de Sarajevo em 1992 (ARQUIVO NACIONAL; UNESCO, 2023).

Após a Segunda Guerra Mundial, a Iugoslávia se estrutura com o propósito de unir em um só país diversas repúblicas, idiomas, etnias e religiões, assumindo as distinções, porém reiterando as afinidades e identificações nacionais que suprimisse as identidades individuais (MARQUES; ARAUJO, 2022), sob o governo de Josip Broz Tito (1892-1980)<sup>2</sup>, que buscava conter e moderar os sentimentos nacionalistas, a unidade do país era mantida neste paradoxo entre liberdade e repressão (AGUILAR; MATHIAS, 2012). A constituição federal de 1946 da Iugoslávia ilustra bem essa política ao decretar a soberania da repúblicas que constituíam o país e ao mesmo tempo negá-las o direito de separação e independência, afirmando que “[...] o povo da Iugoslávia havia escolhido viver junto para sempre” (AGUILAR, 2003, p. 61).

Mesmo com tentativas de anular as individualidades no país, a diversidade e diferenças culturais não deixaram de existir no território Iugoslavo. Aguilar e Mathias (2012) traduzem a miscelânea que constituía a Iugoslávia anteriormente aos conflitos dos anos 1990:

No início dos anos 1990 a Iugoslávia era um país com dois alfabetos (cirílico e latino), três línguas (esloveno, macedônio e servo-croata), quatro religiões (católica, ortodoxa, muçulmana e judaica), cinco nacionalidades (eslovena, croata, sérvia, muçulmana e macedônia) além de várias minorias nacionais como húngaros, búlgaros, albaneses, etc., e seis repúblicas (Eslovênia, Croácia, Sérvia, Bósnia Herzegovina, Macedônia e Montenegro). Foi nessa

---

<sup>1</sup> Político espanhol, diretor-geral da UNESCO entre os anos de 1987 e 1999 (UNESCO, 2018).

<sup>2</sup> Filho de pai croata e mãe eslovena, nascido na fronteira entre os dois países, em Kumrovec. Revolucionário pelo Partido Comunista Iugoslavo (PCI), em 1945 fundou a República Federativa Popular da Iugoslávia e se manteve no poder até a sua morte, em 1980 (AGUILAR, 2003).

colcha de retalhos que se deu a guerra civil do final do século XX (AGUILAR; MATHIAS, 2012, p. 443).

Após a morte de Tito, em 1980, o país caminhou para o seu declínio e dissolução. Aguilar (2003) aponta três elementos, dentre diversos outros aspectos políticos e sociais, que contribuíram particularmente para esse destino: uma crise econômica gravíssima que realçava as desigualdades sociais entre as regiões do país; a falta daquele líder que, com todas as ressalvas, era um símbolo de coesão social; e, conseqüentemente, a falta de um ideal comum que mantivesse o vínculo entre tantos grupo distintos. Essas questões junto à eclosão dos sentimentos nacionalistas no território iugoslavo desencadeou a fragmentação do país em Estados independentes e suscitou os conflitos territoriais na região dos Bálcãs nos anos 1990 (MARQUES; ARAUJO, 2022).

Dentre os conflitos, destacamos a Guerra da Bósnia e Herzegovina, iniciada em março de 1992 após declararem sua independência (AGUILAR; MATHIAS, 2012), a partir daí a região enfrentou um drástico período de guerra civil, os confrontos foram palco de atrocidades, geraram massacres e números avassaladores de mortes, acarretando no primeiro tribunal internacional da Organização das Nações Unidas (ONU) a julgar crimes de guerra como genocídio e limpeza étnica desde os tribunais referentes à Segunda Guerra mundial (ONU, [2018]; MARQUES; ARAUJO, 2022).

O cenário de violência da guerra também atingiu brutalmente os aparatos culturais da região, principalmente os lugares de memória<sup>3</sup>, implicando na destruição diversos acervos, bibliotecas e centros de estudos, cenário que pode ser identificado sob o conceito de biblioclastia, comumente associado à destruição de livros e outros materiais bibliográficos, como também, de espaços que os armazenam (FERREIRA, 2022).

O alvo mais notável e representativo dos ataques biblioclásticos nesta guerra foi a Biblioteca Nacional da Bósnia, em Sarajevo, episódio apontado como o motivo da gênese do Programa Memória do Mundo (ARQUIVO NACIONAL; UNESCO, 2023). Cerca de 22:30h de 25 de agosto de 1992 a biblioteca foi bombardeada e padeceu em chamas por três dias seguidos sob o olhar da população (BÁEZ, 2006; MARQUES; ARAUJO, 2022). Segundo Báez (2006), alguns indivíduos formaram uma corrente humana para transportar os livros a um

---

<sup>3</sup> [...] uma estratégia, inventada pelas sociedades contemporâneas, para o problema da perda de identidade dos grupos sociais e da ausência de rituais mnemônicos. Além dos arquivos, bibliotecas, museus e centros de documentação também são lugares da memória socialmente instituídos e legitimados para a preservação dos materiais da memória nacional, “chaves” da memória coletiva dos povos (NORA, 1993)

lugar seguro e conseguiram salvar alguns, e os bombeiros tentaram controlar o incêndio, mas sem sucesso por conta da intensidade cada vez mais forte dos ataques e do impedimento por falta de água (MARQUES; ARAUJO, 2022). Dessa forma, a biblioteca, que continha por volta de 1,5 milhão de itens, 155 mil obras raras, 478 manuscritos, milhões de periódicos de todo o mundo, foi assolada e destruída (BÁEZ, 2006).

Com este pretexto de combate a apagamentos de memória e apagamentos culturais nasce o Programa Memória do Mundo, com a visão de que o patrimônio documental do mundo pertence a todos e deve estar acessível sem barreiras e impedimentos, respeitando os costumes e tradições culturais locais, com a missão de expandir a conscientização e proteção deste patrimônio documental (UNESCO, 2021).

### 3 MEMORICÍDIO

Neste contexto dos conflitos nos Bálcãs, em especial, da guerra da Bósnia e Herzegovina, Marques e Araujo (2022) identificam algumas motivações para os atentados contra o patrimônio documental durante os confrontos, dentre eles o etnocídio, a dominação, o renascimento histórico-cultural e o apagamento da memória.

O apagamento de memórias pode ser classificado como **memoricídio**, conceito atribuído ao pesquisador Fernando Báez (2010), que engloba atos deliberados ou tentativas de apagamento de memórias por meio da destruição e eliminação dos símbolos representantes de um grupo, como patrimônios e bens culturais (FERREIRA, 2022), mais do que apenas a destruição do símbolo como objeto, é uma intenção de dar fim à memória por meio desta destruição patrimonial (BÁEZ, 2006).

Esses símbolos refletem os valores e as normas de um corpo social, representam o que estabelece determinado grupo como coletividade, são marcas diretamente ligadas à identidade destes grupos, dessa maneira, destruí-los implica não apenas na perda física, como também na perda dos referenciais de identificação, afirmação e pertencimento para aquela cultura, religião ou etnia (BÁEZ, 2010; MARQUES; ARAUJO, 2022), dessa forma, a tríade memória, patrimônio e identidade encontra-se no centro das disputas no campo social e dependente das conjunturas que ele apresente (LE GOFF, 1984; FERREIRA, 2022).

Logo, a Memória pode ser explorada como uma ferramenta de controle e manipulação, permitindo a definição de narrativas "oficiais" que reforçam a posição das

classes dominantes e dominada, tais narrativas são utilizadas para preservar a coesão social e estabelecer uma versão "legítima" da história (LE GOFF, 1984) e o memoricídio se torna uma arma poderosa no fortalecimento de um espaço hegemônico, desse modo, não é de se estranhar que seja uma estratégia tão utilizada em períodos de guerras e em zonas de conflito como no caso aqui apresentado e seja comumente relacionado e aplicado em estudos com temáticas que discutam esses embates nas relações de poder (BÁEZ, 2010; FERREIRA, 2022).

É o reconhecimento do poder que os documentos detêm em uma sociedade que impulsiona a destruição de bens culturais durante as guerras. O medo de que aconteça uma tentativa de controle sobre a cultura de determinado grupo com base nos materiais bibliográficos acarreta na destruição não só desses materiais, mas dos locais que os abrigam, as bibliotecas. Desta forma, reafirma-se a relevância de espaços como bibliotecas, museus e arquivos, bem como dos documentos, na busca pela dominação de um povo e de uma narrativa (MARQUES; ARAUJO, 2022).

O apagamento da memória representado pelo memoricídio é esse instrumento que reflete as relações de poder por intermédio da destruição, da aniquilação e da manipulação cultural, dessa maneira o memoricídio torna-se o sustentáculo das outras motivações apresentadas por Marques e Araujo (2022), o etnocídio envolve as ações ou tentativas de extinção dos costumes, hábitos e práticas de um corpo social, fundamentando-se em um ideal de progresso e melhoramento, assim como nos processos de memoricídio expostos acima, ele propicia a dominação de um grupo, visto a fragilidade identitária que ele promove e pode desencadear na reestruturação histórica, social e cultural destas comunidades (BÁEZ, 2010).

É dessa forma que o memoricídio irá agir, como ilustrado pela guerra da Bósnia e Herzegovina, sempre acompanhado de atos carregados de violência que podem levar a suprimir a existência de um indivíduo, seja no sentido figurado, seja no sentido literal (BÁEZ, 2010; FERREIRA, 2022).

#### **4 O PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO NO BRASIL**

Em 2004, por meio da portaria nº 259 do Ministério da Cultura (BRASIL, 2004), foi criado o Comitê Nacional do Brasil da Memória do Mundo da UNESCO. Seus principais

objetivos foram definidos como a asseguuração da preservação de coleções documentais de importância mundial, através do registro na lista de patrimônios documentais da humanidade; a democratização do acesso e a criação da consciência sobre a necessidade da preservação. Suas atribuições incluíam a realização de reuniões em todas as regiões do país, para que houvesse a disseminação e discussão dos objetivos do Programa em todo o Brasil; a identificação, avaliação e seleção de documentos e coleções de importância mundial para que fossem registrados nos três níveis do Programa: nacional, regional e mundial; promoção da conscientização da salvaguarda do patrimônio documental do Brasil junto à Administração Pública e instituições privadas (ARQUIVO NACIONAL; UNESCO, 2023).

Instituições como o Arquivo Nacional, a Fundação Biblioteca Nacional e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional faziam parte do Comitê, além da Comissão Nacional da Unesco; em 2013, o Instituto Brasileiro de Museus foi incluído. Em 2019, as atividades do Comitê foram encerradas por meio do Decreto nº 9.759, porém o Decreto nº 11.371, de 1º de janeiro de 2023, revogou o Decreto nº 9.759, de 11 de abril de 2019, que havia extinguido o Comitê MoWBrasil (ARQUIVO NACIONAL; UNESCO, 2023).

Para os fins deste trabalho, serão levadas em consideração as inscrições brasileiras no registro internacional do Programa. Destas inscrições, que são onze ao total, sete tratam de personalidades, sendo duas sobre o imperador Dom Pedro II (os documentos relativos às suas viagens e sua coleção de fotografias). As outras personalidades são Bertha Lutz, e seu legado sobre feminismo, ciência e política retrata o período de 1881-1985; Antônio Carlos Gomes, que viveu de 1836-1896 e foi um compositor brasileiro com alcance internacional reconhecido; Nise da Silveira, que viveu entre 1905-1999 e foi a psiquiatra brasileira pioneira no uso da arte para tratamentos (VEIGA, 2022); Paulo Freire, vivo entre 1921-1997, educador brasileiro; Oscar Niemeyer, 1907-2012, arquiteto brasileiro. As demais inscrições tratam de assuntos políticos, como a Guerra da Tríplice Aliança, de 1864-1870; o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos para os países do Cone Sul – CLAMOR, criado em 1977; a Companhia das Índias Ocidentais, que operou de 1621-1674 e a Rede de Informações e Contra-informação, de 1964 (ARQUIVO NACIONAL; UNESCO, 2023)

Marilena Chauí, em seu trabalho “Brasil: mito fundador e sociedade autoritária” (2000), apresenta um panorama acerca do país, destacando não só seu tamanho continental e encantos aqui encontrados, mas também o fato de que é um país formado pela

miscigenação de três raças: negros, brancos e indígenas. A autora expõe, também, a forma que aprendemos a história brasileira, como se tivesse sido escrita sem derramamento de sangue (CAVOTTI, 2022).

A maioria dos historiadores estabelece relação íntima entre o processo de miscigenação racial e a formação da nação brasileira. Oberacker Junior (1957), no entanto, afirma que só é possível falar da existência de uma mentalidade de nação quando a população de um território almeja uma vida política autônoma, reivindicando um governo comum e demonstrando estar pronta para defender sua existência. Mattos (2014), defende que esses encontros forçados, que criam interações culturais e realçam as diversidades sociais, produzem consequências, criando sociedades multiétnicas e multiculturais.

Tratando do Brasil colônia, existia a diversidade racial, linguística, religiosa e cultural, por exemplo, como empecilhos para o desenvolvimento da nação como algo em que todos se sentissem incluídos (CAVOTTI, 2022). Em um país que foi palco de disputas diversas, é questionável, então, a existência de apenas quatro acervos patrimonializados como Memória do Mundo que abordem especificamente acontecimentos políticos de impacto nacional.

A partir deste apontamento, podemos estender uma reflexão para o Programa Memória do Mundo como um todo. Ao recorrer às ideias de Jacques Derrida (2001), pode-se concluir que o Programa configura um cenário de Mal de Arquivo. Há uma contradição entre o que Derrida, inspirado pelas ideias de Freud<sup>4</sup>, chama de pulsões de vida e pulsões de morte no Programa, pois ele promove vida e formas de contar e reviver histórias, ao mesmo tempo que propicia a iminência da perda e de apagamentos.

Quanto à pulsão de vida, seria essa vontade de manter uma memória viva, preservada e acessível a todos, sem obstáculos; em relação à pulsão de morte, seria uma tentativa de evitar o esquecimento pela totalização, que também é uma forma de memória, porém conspira contra o próprio “arquivo”, visto que o esquecimento e a perda são inerentes aos fluxos e dinâmicas de memória. O autor propõe uma dualidade entre verdade e ficção, onde esta última seriam as classificações, hierarquias, organizações, e a verdade seria o arquivo como indício, como possibilidade de história, um grupo de retalhos a ser costurado. O arquivo existe, e aqui cabe a inserção de outros locais de salvaguarda, pois existe a finitude, a memória e o esquecimento. Este último agindo também como auxílio, como

---

<sup>4</sup> Sigmund Freud (1856-1939) foi um médico austríaco, considerado o criador da psicanálise.

quando a mente apaga certos traumas para se proteger. Se um processo é imposto ao invés de seguir seu curso natural, como prever os desdobramentos? (FERREIRA, 2022).

Rodrigues (2015) afirma que a seleção do conteúdo que formará o patrimônio nunca é feita de forma neutra, sempre busca uma correlação entre ideias, valores e o contexto social de onde provém, ou seja, é uma construção feita de maneira intencional e estratégica. Cabe, então, a interrogação de quais são os documentos escolhidos para compor esta memória do mundo e qual a narrativa está sendo criada a partir desta patrimonialização.

Pesavento (2000) evidencia que “[...] a história só se realiza no campo da representação, tanto de quem participou dos eventos do passado e deles deixou um registro, quanto de quem, no presente, busca recuperar aquelas fontes e delas fazer uma releitura” (PESAVENTO, 2000). Por fim, para retratar a seletividade na transmissão da memória, Silveira (2010) aborda o tema apontando que a história das bibliotecas acaba se tornando a história do que uma sociedade decide preservar e transmitir ao longo do tempo. Através de seus acervos plurais e diversos, cada uma dessas instituições reflete os interesses e limitações de seus interlocutores, assim como a incrível pluralidade identitária que faz parte de uma nação.

Dessa maneira, o Programa Memória do Mundo se depara em um espaço paradoxal que toda instituição de memória irá se encontrar, o mal de arquivo é inerente à existência do próprio “arquivo”, porque os mesmos são compostos de hiatus que indicam as diversas possíveis formas sobre como eles devem ser preenchidos ou completados, entretanto, essas formas de completude devem ser questionadas tendo em vista não refletir dinâmicas de opressão e segregação que muitas vezes as narrativas oficiais evidenciam.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como reiterado ao longo deste trabalho, o Programa Memória do Mundo foi constituído com o objetivo de preservar e proteger a memória considerada relevante para o mundo, um reflexo aos conflitos dos Bálcãs, em especial à Guerra da Bósnia e Herzegovina, em que situações de destruição de patrimônio documental estavam ocorrendo de forma desmedida, ele se propõe a ser uma resposta e um caminho contra o memoricídio advindo da destruição de patrimônio documental, contudo, essa construção de um ideal de memória

proposto pelo programa mergulha num paradoxo que pode levar ao apagamento de outras memórias.

O trabalho buscou expor, também, um breve histórico do Programa no Brasil, descrevendo quais itens foram patrimonializados em registro internacional e o que eles representam quando se trata de memória nacional, questionando a abrangência política desses. Como são poucos os acervos que tratam diretamente de acontecimentos político-sociais, acabam sendo escassa a representação histórica nacional, levantando questionamentos quanto ao que está deixando de ser retratado. Os espaços vazios acabam, por sua vez, sendo mais ouvidos que os preenchidos.

As implicações deste estudo abrem caminhos para futuras pesquisas sobre as discussões que permeiam o Programa Memória do Mundo, sobretudo no contexto das políticas de memória e de patrimônio brasileiras, considerando as especificidades dos nossos processos, tanto os oficiais e legais, quanto das dinâmicas sociais.

No entanto, o presente trabalho limitou-se a investigar especificamente as origens da constituição do Programa Memória do Mundo, seu vínculo com o memoricídio e promover uma reflexão sobre o dilema enfrentado pelo o projeto, comum a todos as instituições de memória, o problema do mal de arquivo, intrínseco à própria natureza dos "arquivos", uma vez que estes são compostos por vazios que sugerem as múltiplas maneiras possíveis de serem preenchidos ou complementados.

Ao escolher preservar uma memória do mundo, o Programa seleciona as memórias “dignas” de serem salvaguardadas em detrimento de outras, dando atenção especial a determinados modelos e padrões documentais e memorialísticos, enquanto outros modos e tradições culturais são colocados de lado, de certa forma o Programa se torna agente da problemática que o originou, aprisionado em um looping de preservação e apagamentos.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: **Apostila Seminários Temáticos Arte e Cultura Popular**. Rio de Janeiro: Museu Casa do Pontal, 2007. p. 54-63. Disponível em: <http://www.reginaabreu.com/site/index.php/capitulos-de-livros-1/item/70-patrimonio-culturaltensoes-e-disputas-no-contexto-de-uma-nova-ordem-discursiva>. Acesso em: 12 jun. 2023.

AGUILAR, Sergio Luiz Cruz. **A Guerra da Iugoslávia**: uma década de crises nos Bálcãs. São Paulo: Usina do Livro, 2003.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz; MATHIAS, Ana Luiza Terra Costa. Identidades e diferenças: o caso da guerra civil na antiga Iugoslávia. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 4, n. 8, p. 438-454, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10494>. Acesso em: 18 jun. 2023.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da Ciência: filosofia e prática de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil); UNESCO [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura]. **Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da Unesco**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2023. Página Web. Disponível em: <http://mow.arquivonacional.gov.br/index.php/2015-03-20-10-44-04/apresentacao.html>. Acesso em: 18 jun. 2023.

BÁEZ, Fernando. **A história da destruição cultural da América Latina: da conquista à globalização**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros: das tábuas sumérias à guerra do Iraque**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 27 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 30 nov. 1937. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Portaria nº 259, de 2 de setembro de 2004. O ministro de Estado da Cultura [...], considerando a importância da preservação do patrimônio documental brasileiro para o desenvolvimento da nação, resolve: **Diário Oficial da União**: Ministério da Cultura, Brasília, DF, 6 set. 2004. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/legislacao-arquivistica/portarias-federais/portaria-no-259-do-ministerio-da-cultura-de-2-de-setembro-de-2004>. Acesso em: 28 jun. 2023.

CAVOTTI, Giovanna Wanderley. **O Patrimônio Documental e a Formação da Identidade Nacional**. 2022. 30f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação) - Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

CHAUÍ, Marilena. Nação como semióforo. In: CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. Disponível em: <http://www.unijales.edu.br/library/downebook/id:470>. Acesso em: 20 set. 2023.

COLÔMBIA. **Ley 1379 de 2010 (Enero 15)**. Por la cual se organiza la red nacional de bibliotecas públicas y se dictan otras disposiciones. Bogotá, 15 jan. 2010. Disponível em: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=38695>. Acesso em: 26 jun. 2023.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo**: uma impressão freudiana. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

EDMONDSON, Ray. **Memória do Mundo**: Diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental. Paris: UNESCO, 2002. Disponível em: <https://mowlac.files.wordpress.com/2012/07/diretrizes-para-a-salvaguarda-do-patrimc3b4nio-o-documental.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

FERREIRA, Livia. **Memoricídio**: em busca de um conceito. 2022. 48f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação) - Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2021.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 55, p. 211-228, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/FqbLtvWWzbkQGZQsb5jkrjr/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 18 jun. 2022.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **Enciclopédia Einaud**. Porto: Imprensa Nacional : Casa da Moeda, 1984.

MARQUES, Diana dos Santos; ARAUJO, Andre Vieira de Freitas. Biblioteca Invisível: a biblioclastia na Guerra da Bósnia e Herzegovina. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 3, p. 185-213, jul./set. 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/213924>. Acesso em: 18 jun. 2023.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 255-273, 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/eh/a/DRBxk7Y7Kff8DttZjHjfkYC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 jun. 2023.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 28 jun. 2021

OBERACKER JUNIOR, C. H. A formação da nação brasileira. **Revista de História**, [S. l.], v. 14, n. 29, p. 21-36, 1957. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1957.105122. Acesso em: 28 jun. 2023.

ONU [Organização das Nações Unidas]. **International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia**. Nova Iorque: ONU, [2018]. Disponível em: <https://www.icty.org/en> Acesso em: 18 jun. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Literatura, história e identidade nacional. **Vidya**, Santa Maria, v. 19, n. 33, p. 9-27, jan./jun. 2000. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/186220/000297477.pdf?sequence=1>. Acesso em: 28 jun. 2023.

RODRIGUES, Marcia. Memória, patrimônio, bibliotecas nacionais e a construção da identidade coletiva. **Em Questão**, v. 21, n. 2, p. 243-262, 2015. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/54754>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SILVEIRA, Fabrício José Nascimento da. Biblioteca, memória e identidade social. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 67-86, 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pci/a/4jq9Fg66W6sYQ3XxTMSbCRD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 29 jun. 2023.

UNESCO [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura]. **General Guidelines of the Memory of the World (MoW) Programme**. [S.l.]: UNESCO, 2021a. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000378405?posInSet=1&queryId=670703d8-2471-434d-a09c-0b8ca5a3f422>. Acesso em: 28 jun. 2023.

UNESCO [Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura]. **UNESCO's former Directors-General**. [S.l.]: UNESCO, 2018. Disponível em: <https://en.unesco.org/director-general/former-dgs>. Acesso em: 18 jun. 2023.

VEIGA, Edson. Nise da Silveira: quem foi a psiquiatra brasileira que foi pioneira no tratamento com artes. **BBC News Brasil**, São Paulo, 27 maio 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61603637>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011.